

Contribuição de Estados voltará a ser discutida

Governo quer rever proposta que determina aplicação de 10% de receita no setor

BRASÍLIA – Esquecida desde 1996, a proposta de definir a participação financeira de Estados e municípios no financiamento da saúde volta a fazer parte da pauta política do governo. O ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, anunciou a retomada de estudos sobre o assunto, ontem, depois que o presidente Fernando Henrique defendeu a estabilidade financeira para o setor.

“Precisamos definir claramente a participação de Estados e municípios”, afirmou Albuquerque. O ponto de partida será uma proposta de emenda constitucional que desde 1993 aguarda a manifestação dos parlamentares no Congresso. Ela vincula 30% dos recursos da seguridade social para a saúde e determina que Estados e municípios apliquem 10% de suas receitas no setor.

De acordo com o secretário de Políticas de Saúde do ministério, Álvaro Machado, o governo federal banca hoje 72% dos cerca de R\$ 29 bilhões de gastos públicos em saúde. “Os municípios aplicam, em média, em torno de 10% de suas receitas, mas os Estados, em geral, investem 5%”, afirmou o técnico, defendendo a fixação de um patamar mínimo de participação no financiamento.